

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

1. Contexto operacional

A Sondotécnica Engenharia de Solos S.A (“Companhia”), é uma Sociedade Anônima domiciliada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Voluntários da Pátria nº 45, constituída em Assembleia Geral realizada em 05 de outubro de 1956. A Companhia possui capital aberto desde 1980.

A Companhia tem por objetivo social a prestação de serviços de consultoria técnica e econômica, a elaboração de projetos de engenharia em geral, assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos, gerenciamento de obras e demais serviços relacionados a essas atividades.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Dando cumprimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM 480/09, a diretoria executiva da Sociedade declara que procedeu à revisão, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes, encaminhando, em seguida, para o Conselho de Administração, que autorizou a sua emissão em 29 de março de 2017.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de Mensuração

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido de rendimentos e encargos incorridos, os quais se aproximam do seu valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados em:

a) Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

A Administração entende que ativos e passivos financeiros demonstrados estão com valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários - CDBs e Fundos de Investimentos como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo.

Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa e depósitos bancários à vista, realizáveis em até 90 (noventa) dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com sua finalidade em (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

3.4. Serviços a faturar

Representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. Apresentados pelo valor de realização nas datas dos balanços, registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. A Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída, se necessária, com base em estimativas de Perda.

3.5. Ativo mantido para venda

A Companhia classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeitas apenas a termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser colocado a venda por um preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas de ativo e passivo.

3.6. Investimentos

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme percentuais abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2016	31/12/2015
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

3.7. Imobilizado

Registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, ou exercidos com essa finalidade.

A depreciação é calculada pelo método linear e a Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, tendo como base a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota Explicativa nº11.

3.8. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

3.10. Fornecedores

Os fornecedores são reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente:

Impostos correntes

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no lucro real nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

3.12. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou construtivas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 20.

3.13. Reconhecimento de receita

A mensuração das receitas está registrada através do método da proporção do serviço.

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.14. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

3.15. Dividendos propostos

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na Nota Explicativa nº 17.

3.16. Demonstração do fluxo de caixa - DFC

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 07) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo CPC.

3.17. Demonstração do valor adicionado - DVA

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), pelos

insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.18 Mudanças em políticas contábeis

a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1° de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1° de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1° de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments: estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 16 Leases: estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos

e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers: estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

3.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão complementadas abaixo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Provisão para contingências

A administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhista e cíveis.

3.20. Demonstrações consolidadas

As demonstrações consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações das investidas relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2016	31/12/2015
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

Processo de consolidação

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre Companhias.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas Companhias consolidadas.

As demonstrações contábeis da controlada com operação no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado, constantes nas informações consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Companhia optou por apresentar estas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins do caixa e equivalente de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários, com liquidez imediata, ou seja, com vencimento menor de 90 dias.

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	3.046	6.763	Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	3.046	6.763
	3.046	6.763	Banco conta movimento - Moeda estrangeira	88	266
				3.134	7.029

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 28.

5. Aplicações financeiras avaliadas a valor justo

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	Certificado de Depósito Bancário - CDB	11	-
Fundos de investimentos	14.805	18.181	Fundos de investimentos	18.441	21.677
	<u>14.805</u>	<u>18.181</u>		<u>18.452</u>	<u>21.677</u>

As aplicações em fundos de investimentos classificadas nesse grupamento, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalente de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgates antes do vencimento contratado, a Companhia incorrerá em perda de rentabilidade, bem como aumento da carga tributária.

Os ativos financeiros designados pelo valor justo são títulos patrimoniais que, de outra maneira, seriam classificados como disponíveis para venda. A performance destes instrumentos patrimoniais é ativamente monitorada e gerenciada pelo seu valor justo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 28.

6. Clientes

O quadro abaixo demonstra os valores que a Companhia têm a receber oriundos dos serviços prestados:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
Faturas a receber - nacional	27.390	20.390	Faturas a receber - nacional	27.390	20.390
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(12.919)	(8.026)	Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(12.919)	(8.026)
Outros contas a receber	-	95	Outros contas a receber	-	95
	<u>14.471</u>	<u>12.459</u>		<u>14.471</u>	<u>12.459</u>
Circulante	14.471	12.364	Circulante	14.471	12.364
Não circulante	-	95	Não circulante	-	95

A composição da rubrica de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	6.285	3.246	6.285	3.246
Vencidos:			-	-
De 1 a 30 dias	551	3.187	551	3.187
De 31 a 60 dias	439	7	439	7
De 61 a 90 dias	511	297	511	297
De 91 a 180 dias	5.687	4.186	5.687	4.186
De 181 a 360 dias	107	4.230	107	4.230
Acima de 361 dias	13.810	5.237	13.810	5.237
	<u>27.390</u>	<u>20.390</u>	<u>27.390</u>	<u>20.390</u>

Os valores em atraso estão recebendo tratamento especial por parte da Administração da Companhia, com expectativa de recebimento ao longo do exercício de 2017.

A movimentação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(1.046)	(1.046)
Adições	(285)	(285)
Baixa	376	376
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(955)	(955)
Adições	(7.256)	(7.256)
Baixa	185	185
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(8.026)	(8.026)
Adições	(4.893)	(4.893)
Baixa	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>(12.919)</u>	<u>(12.919)</u>

7. Outras Contas a Receber (Controladora e Consolidado)

O quadro abaixo demonstra os valores que a Companhia tem a receber oriundos dos serviços a faturar:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Serviços a faturar - nacional	13.570	16.681
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(6.036)	(7.588)
	<u>7.534</u>	<u>9.093</u>
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Serviços a faturar - nacional	13.570	16.681
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(6.036)	(7.588)
	<u>7.534</u>	<u>9.093</u>

A composição da rubrica de contas a receber por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	-	-	-	-
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	3.123	6.812	3.123	6.812
De 31 a 60 dias	587	1.598	587	1.598
De 61 a 90 dias	-	42	-	42
De 91 a 180 dias	825	636	825	636
De 181 a 360 dias	992	233	992	233
Acima de 361 dias	8.043	7.360	8.043	7.360
	<u>13.570</u>	<u>16.681</u>	<u>13.570</u>	<u>16.681</u>

A movimentação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada abaixo:

Saldos em 31 de dezembro de 2013	(3.746)	(3.746)
Adições	(1.506)	(1.506)
Baixa	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(5.252)	(5.252)
Adições	(2.336)	(2.336)
Baixa	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(7.588)	(7.588)
Adições	(14)	(14)
Baixa	1.566	1.566
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>(6.036)</u>	<u>(6.036)</u>

8. Tributos a Recuperar

Referem-se a valores de impostos Municipais e Federais retidos nas prestações de serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos Municipais	6	80	6	80
Impostos Federais	3.547	4.678	3.855	5.089
Impostos Federais - IR e CS	959	239	959	239
	<u>4.512</u>	<u>4.997</u>	<u>4.820</u>	<u>5.408</u>

9. Aplicações financeiras avaliadas a valor justo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Banco Citibank S.A. - Ações Bonds	8.356	6.861	18.858	19.391
Banco Safra S.A. - Ações Bonds	3.456	3.545	3.456	3.545
Portugues - Bonds	-	-	93	97
	<u>11.812</u>	<u>10.406</u>	<u>22.407</u>	<u>23.033</u>

As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizadas, reconhecidos no patrimônio líquido.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 28.

10. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Sondotécnica Tecnologia S.A	3.612	3.857
Sondotécnica Internacional Co	10.935	13.197
	<u>14.547</u>	<u>17.054</u>

Mutação nos investimentos, em controladas/coligadas

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Total
Em 31 de dezembro de 2014	3.566	11.091	14.657
Variação cambial	-	4.866	4.866
Ações Bônus	-	(106)	(106)
Equivalência patrimonial	291	(2.654)	(2.363)
Em 31 de dezembro de 2015	3.857	13.197	17.054
Variação cambial	-	(2.126)	(2.126)
Lucro e Dividendos	(562)		(562)
Ações Bônus	-	677	677
Equivalência patrimonial	318	(814)	(496)
Em 31 de dezembro de 2016	3.612	10.935	14.547

Informações sobre as empresas controladas, com base nas demonstrações contábeis.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.
Capital social	3.282	9.976	3.282	9.976
Total de ações	3.282	4.900	3.282	4.900
Patrimônio líquido	3.637	10.935	3.883	13.197
Lucro (prejuízo) de 2016	320	(814)	292	(2.654)
% de participação	99,31%	100,00%	99,31%	100,00%
Equivalência patrimonial em 2016	318	(814)	291	(2.654)

11. Imobilizado

a) Imobilizado (Controladora e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2016						
	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2016
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	129	-	-	(23)	106
Veículos	20%	249	-	-	(88)	161
Móveis e utensílios	10%	501	10	(13)	(88)	410
Aeronaves	10%	1.257	-	(992)	(265)	-
Embarcação	20%	145	-	-	(34)	111
Equipamentos de informática	20%	472	16	(5)	(212)	271
		<u>2.753</u>	<u>26</u>	<u>(1.010)</u>	<u>(711)</u>	<u>1.059</u>

A aeronave foi transferida para a conta de Bens Mantidos para Venda no Ativo Não Circulante.

Em 31 de dezembro de 2015						
	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2015
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	144	12	-	(27)	129
Veículos	20%	299	38	-	(88)	249
Móveis e utensílios	10%	580	39	(19)	(99)	501
Aeronaves	10%	1.521	-	-	(264)	1.257
Embarcação	20%	-	172	-	(27)	145
Equipamentos de informática	20%	685	82	(34)	(261)	472
		<u>3.229</u>	<u>343</u>	<u>(53)</u>	<u>(766)</u>	<u>2.753</u>

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento, não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

12. Intangível (Controladora e Consolidado)

Refere-se aos gastos com substituição de softwares e reestruturação da rede no valor de R\$387 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 589 em 2015).

13. Fornecedores

		Controladora				Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores		502	2.404	Fornecedores		528	2.435
		<u>502</u>	<u>2.404</u>			<u>528</u>	<u>2.435</u>

Os saldos de fornecedores estão representados principalmente por valores a pagar a subempreiteiros.

14. Obrigações Fiscais

		Controladora				Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Impostos Municipais		1.310	1.575	Impostos Municipais		1.310	1.575
Provisões pagar		3.370	-	Provisões pagar		3.381	10
Impostos federais		3.477	4.669	Impostos federais		3.477	4.669
		<u>8.157</u>	<u>6.244</u>			<u>8.168</u>	<u>6.254</u>

Os saldos de provisões a pagar estão representados riscos tributários.

15. Outras Contas a pagar

		Controladora				Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Aluguéis a Pagar		179	1.174	Aluguéis a Pagar		179	1.174
Honorários Advocatícios		699	699	Honorários Advocatícios		699	699
Diversos a Pagar		2.891	3.435	Diversos a Pagar		2.920	3.113
		<u>3.769</u>	<u>5.308</u>			<u>3.798</u>	<u>4.986</u>

16. Parcelamentos de tributos - INSS

		Controladora				Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento INSS		2.818	498	Parcelamento INSS		2.818	498
		<u>2.818</u>	<u>498</u>			<u>2.818</u>	<u>498</u>
Circulante		670	393	Circulante		670	393
Não Circulante		2.148	105	Não Circulante		2.148	105

Refere-se à desistência da ação contra o Instituto Nacional da Previdência Social, pela adesão ao PAEX-Excepcional em Setembro de 2006, artigos, 1º e 8º. As ações tributárias são suportadas por depósitos judiciais.

Em outubro de 2016 a Companhia efetuou pedido de parcelamento das contribuições sociais destinadas a Previdência Social, referente divergência apuradas nas bases declaradas do Gilrat.

17. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O estatuto da Companhia prevê o pagamento de um dividendo obrigatório anual mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei nº 6.404/76, ou correspondente a 10% do capital social realizado, prevalecendo o que for maior. Em conformidade com a Lei nº 10.303/01, o estatuto foi alterado através de AGE realizada em 27 de fevereiro de 2003, passando a prever que as ações preferenciais terão direito a um dividendo pelo menos 10% superior ao que for destinado às ações ordinárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos	1.840	1.844	1.631	1.844
Juros sobre capital próprio	398	401	398	401
	<u>2.238</u>	<u>2.245</u>	<u>2.029</u>	<u>2.245</u>

18. Provisões Previdenciárias e Trabalhistas (Controladora e Consolidado)

O montante de R\$ 2.222 (R\$ 6.016 em 2015) registrado na rubrica de provisões trabalhistas, refere-se basicamente às provisões de férias, 13º salário e encargos no total de R\$ 1.789 e provisões de férias e 13º salário dos consórcios no total de R\$ 433.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores registrados no passivo foram calculados sobre exclusões temporárias relativas ao diferimento de resultados e parcelas não recebidas de contratos a longo prazo, conforme DL 1.598/77 e IN-SRF 21/79. Os valores apresentados são revisados anualmente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda - diferido	656	1.260	656	1.260
Contribuição social sobre o lucro - diferido	236	486	236	486
	<u>892</u>	<u>1.746</u>	<u>892</u>	<u>1.746</u>

20. Provisão para Passivos Contingentes

A administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, entendem que o saldo de R\$ 406 é suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações trabalhistas e cíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	406	212	406	212
Cível	-	419	-	419
	<u>406</u>	<u>631</u>	<u>406</u>	<u>631</u>

Adicionalmente, a Companhia tem conhecimento em processos cíveis, trabalhista e tributário ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	1.754	1.368	1.754	1.368
Tributário	1.935	3.290	1.935	3.290
	<u>3.689</u>	<u>4.658</u>	<u>3.689</u>	<u>4.658</u>

21. Transações com partes relacionadas

A Companhia não mantém operações comerciais com partes relacionadas, pessoas jurídicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico.

O montante global anual da remuneração dos administradores foi de R\$ 1.104.

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está representado por 856.000 ações ordinárias, 784.600 ações preferenciais classe “A” e 817.300 preferenciais classe “B”, todas sem valor nominal. As ações do capital social foram convertidas em abril de 2007 pelo fator de conversão de 1/5.000. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e são inconversíveis em ações ordinárias.

Ações em Tesouraria:

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sondotécnica. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

22.2 Reservas de lucros

a) Para contingências:

Por decisão da AGO de 29 de abril de 2016, foi efetuada reversão de R\$ 7.379 da reserva de contingências constituídas pelas AGO de 30 de abril de 2015 e constituída nova provisão no valor de R\$ 13.850 para manutenção de capital de giro.

b) Reserva legal:

O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, que totaliza, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 4.579, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei 6.404/76.

c) Lucro a disposição da assembleia:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Reserva para Investimentos

Por decisão da AGO de 29 de abril de 2016, foi efetuada a reversão da reserva de investimento no montante de R\$ 18.000 não realizadas, constituída na AGO de 2015 e constituída novo valor de R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional.

22.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação cambial dos investimentos nas subsidiárias, Sondotécnica International Co. e dos investimentos não permanentes. Conforme Artigo 183, item I, da Lei 6.404/76, dispositivo ao qual o artigo 182, § 3º da referida lei.

23. Receita líquida de serviços

A reconciliação da receita bruta está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta				
Prestação de serviços e Medições	97.316	125.975	97.316	125.995
	97.316	125.975	97.316	125.995
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre serviços	(10.846)	(14.433)	(10.846)	(14.433)
Deduções e abatimentos	(222)	(179)	(222)	(179)
	(11.068)	(14.612)	(11.068)	(14.612)
Receita líquida de serviço	86.248	111.363	86.248	111.383

24. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo				
Mão de obra	(24.265)	(43.051)	(24.265)	(43.051)
Encargos trabalhista	(9.541)	(16.624)	(9.541)	(16.624)
Benefícios trabalhistas	(2.621)	(4.646)	(2.621)	(4.646)
Serviços prestados pessoa jurídica	(25.090)	(29.106)	(25.090)	(29.106)
	<u>(61.517)</u>	<u>(93.427)</u>	<u>(61.517)</u>	<u>(93.427)</u>
Despesas				
Mão de obra	(7.305)	(7.561)	(7.305)	(7.561)
Depreciação e amortização	(914)	(994)	(914)	(994)
Serviços prestados pessoa jurídica	(6.068)	(7.671)	(5.849)	(8.061)
Outros	(13.097)	(19.215)	(13.546)	(19.485)
	<u>(27.384)</u>	<u>(35.441)</u>	<u>(27.614)</u>	<u>(36.101)</u>

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita financeira				
Aplicações financeiras	2.259	2.757	2.728	3.173
Juros	1.068	973	1.068	973
Variação Cambial Ativa	3.326	7.165	3.326	7.165
	<u>6.653</u>	<u>10.895</u>	<u>7.122</u>	<u>11.311</u>
Despesas financeira				
Despesas bancárias	(167)	(164)	(269)	(164)
Juros	(2.115)	(109)	(2.115)	(109)
Variação Cambial Passiva	(5.751)	(3.155)	(5.751)	(2.787)
	<u>(8.033)</u>	<u>(3.428)</u>	<u>(8.135)</u>	<u>(3.060)</u>
	<u>(1.380)</u>	<u>7.467</u>	<u>(1.013)</u>	<u>8.251</u>

26. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real, em 31 de dezembro de 2016, do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referentes ao exercício de 2016 e de 2015, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

	Controladora		Consolidado	
	Estimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(4.033)	(10.038)	(3.896)	(9.894)
Adições	8.724	24.050	10.300	24.249
Exclusão	(6.730)	(12.237)	(6.730)	(12.237)
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base de Cálculo	(2.039)	1.775	(326)	2.118
Aliquota 15% IRPJ	-	(266)	49	(318)
Adicional 10% IRPJ	-	(154)	57	(188)
Aliquota 9% CSLL	-	(160)	29	(191)
Total Provisão Correntes	-	(580)	135	(697)

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Estimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adições Temporárias	2.241	9.528	2.241	9.528
Exclusão Temporárias	(4.756)	(9.720)	(4.756)	(9.720)
Base de Cálculo	(2.515)	(192)	(2.515)	(192)
Aliquota 15% IRPJ	(377)	29	(377)	29
Adicional 10% IRPJ	(228)	43	(228)	43
Aliquota 9% CSLL	(226)	17	(226)	17
Outros	(677)	-	(677)	-
Total Provisão Diferidos	(1.508)	89	(1.508)	89

27. Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído

Os resultados por ação (básico e diluído) foram calculados com base nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, conforme detalhado abaixo.

	Lucro Básico e Diluído			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Líquido	(5.541)	(10.529)	(5.541)	(10.529)
Quantidade média ponderada de ações líquida de ações em tesouraria	2.431	2.431	2.431	2.431
Prejuízo por ações	(2,27913)	(4,33059)	(2,27913)	(4,33059)

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados, que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Adicionalmente, a Administração procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxa de juros

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente, ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6. Quanto ao risco de

aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, conforme apresentado em notas explicativas.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento rigoroso, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o tempestivo cumprimento de suas obrigações.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações com moeda estrangeiras referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado em notas explicativas, que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio (dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Companhia não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado em notas explicativas, as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge”/”swap” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

29. Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com riscos de moeda estrangeira, considerando que o cenário provável é a atualização do valor das aplicações em 31 de dezembro de 2016, e que o cenário possível e remoto considerou a variação de riscos de 25% a 50%, respectivamente.

Cenário Consolidado 31/12/2016			
	Provável	Possível	Remota
Variação de risco	0%	25%	50%
Caixa e banco movimento moeda nacional	3.046	762	1.523
Caixa e banco movimento moeda estrangeira	88	22	44
Certificado de depósito bancário CDB	11	3	6
Fundo de investimentos diversos	18.441	4.610	9.221
Banco Citibank S A - ações bonds	18.858	4.715	9.429
Banco Safra S A - ações bonds	3.456	864	1.728
Portugues - bonds	93	23	47
	<u>43.993</u>	<u>10.998</u>	<u>21.997</u>

Cenário Consolidado 31/12/2015			
	Provável	Possível	Remota
Variação de risco	0%	25%	50%
Caixa e banco movimento moeda nacional	6.763	1.691	3.382
Caixa e banco movimento moeda estrangeira	266	67	133
Certificado de depósito bancário CDB	0	0	0
Fundo de investimentos diversos	21.677	5.419	10.839
Banco Citibank S A - ações bonds	19.391	4.848	9.696
Banco Safra S A - ações bonds	3.545	886	1.773
Portugues - bonds	97	24	49
	<u>51.739</u>	<u>12.935</u>	<u>25.870</u>

(i) Valor justo versus valor contábil

A administração entende que ativos e passivos financeiros estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	11.812	11.812	10.406	10.406
	<u>11.812</u>	<u>11.812</u>	<u>10.406</u>	<u>10.406</u>
	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	22.407	22.407	23.033	23.033
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	88	88	266	266
	<u>22.495</u>	<u>22.495</u>	<u>23.299</u>	<u>23.299</u>

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

O quadro abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando como método de avaliação, preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para ativos idênticos, classificados como nível 1.

Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	-	88
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	<u>11.812</u>	<u>22.407</u>
	<u>11.812</u>	<u>22.495</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	-	266
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	<u>10.406</u>	<u>23.033</u>
	<u>10.406</u>	<u>23.299</u>

30. Remuneração dos administradores

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global mensal da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
a) Benefícios de curto prazo		
• Proventos	1.104	1.104
• Contribuição ao INSS	220	220
Total	<u>1.324</u>	<u>1324</u>
b) Benefícios pós-emprego	Não possui	Não possui
c) Outros benefícios de longo prazo	Não possui	Não possui
d) Benefícios de rescisão de contrato	Não possui	Não possui
e) Remuneração baseada em ações	Não possui	Não possui

31. Seguros

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado em montante que considera satisfatório face aos riscos envolvidos. Montantes contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Ativo Segurado	Modalidades	Moeda	Valor Segurado
Imobilizado	Incêndio	R\$	5.908
Imobilizado	Veículos	R\$	670
Imobilizado	Equipamentos	R\$	110

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

32. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

* . * . *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Rotstein
Presidente
CPF 003.520.127-49

Daniel Bergman
Conselheiro
CPF 055.268.477-56

Carolina Rotstein Schor
Conselheira
CPF 087.091.507-06

DIRETORIA

Jaime Rotstein

Presidente
CPF 003.520.127-49

Homero Valle de Menezes
Cortes
Diretor
CPF 241.098.357-04

Luiz Antonio M.
Santanna
Diretor
CPF 335.452.437-53

Fábio Bergman
Diretor
CPF 082.820.237-01

José Antonio Mazzoco
Diretor
CPF 694.078.608-25

Telma Regina Matias da Silva

Contadora

CRC-SP 208096/O-7 T-RJ